

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
GILBERTO DE SOUZA CARVALHO

**A GÊNESE DO DEBATE SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NO  
BRASIL: Teorias, debates e acontecimentos históricos**

**TRÊS RIOS**

**2010**

**GILBERTO DE SOUZA CARVALHO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE TRÊS RIOS**

**A GÊNESE DO DEBATE SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NO  
BRASIL: Teorias, debates e acontecimentos históricos**

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na área da industrialização brasileira, como requisito parcial a obtenção de título de Bacharel.

Orientador: Alexandre Laino Freitas

Três Rios

2010

**GILBERTO DE SOUZA CARVALHO**

**A GÊNESE DO DEBATE SOBRE A INDUSTRIALIZAÇÃO NO  
BRASIL: Teorias, debates e acontecimentos históricos**

Monografia apresentada junto ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, na área da industrialização brasileira, como requisito parcial a obtenção de título de Bacharel.

Orientador: Professor Alexandre Laino Freitas

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Prof: Msc. Alexandre Laino Freitas  
UFRRJ

---

Prof: Msc. Roberto Salvador Santolin  
UFRRJ

---

Prof: Msc. Joelson Gonçalves de Carvalho  
UFRRJ

Agosto de 2010

Dedico esta monografia ao meu pai Joberto Vieira de Carvalho in memória, a minha mãe Danila Henrique de Souza Carvalho, ao meu irmão Gleison de Souza Carvalho, a minha tia Iná Marli de Carvalho, a minha namorada Milena Rocha Barbosa e extensivo a demais membros da família, que contribuíram enormemente, dando um grande apoio para que esse trabalho fosse elaborado.

## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus professores, em especial ao professor Alexandre Laino Freitas, pela grande colaboração que tiveram ao me estimularem a desenvolver este trabalho acadêmico, concedendo inúmeras fontes bibliográficas para pesquisar e realizando rigorosas análises na monografia e aos brilhantes economistas clássicos e neoclássicos, pois sem as suas teorias seria impossível desenvolver este trabalho com objetividade.

## Sumário

<b>RESUMO</b>	<b>07</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>08</b>
<b>CAPÍTULO 1</b>	<b>09</b>
<b>1) PROTECIONISMO X LIBERALISMO : O DEBATE ENTRE ADAM SMITH/DAVID RICARDO E HAMILTON/LIST</b>	
<b>1.1) DEFESA DO LIBERALISMO SEGUNDO ADAM SMITH E DAVID RICARDO</b>	<b>09</b>
<b>1.2) O PROTECIONISMO DE HAMILTON E LIST</b>	<b>17</b>
<b>1.3) BREVE COMENTÁRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA INGLESA</b>	<b>23</b>
<b>CAPÍTULO 2</b>	<b>25</b>
<b>2) O DEBATE ENTRE OS DEFENSORES DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DA AGRICULTURA NO BRASIL: “ A GÊNESE DO DEBATE ” ( 1808 – 1930 )</b>	
<b>2.1) OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS RESPONSÁVEIS PELO DEBATE</b>	<b>25</b>
<b>2.2) OS DEFENSORES DO MODELO AGRÁRIO NO BRASIL</b>	<b>31</b>
<b>2.3) OS DEFENSORES DO MODELO INDUSTRIALISTA NO BRASIL</b>	<b>38</b>
<b>CAPÍTULO 3</b>	<b>51</b>
<b>3) UM BREVE HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PRÓ INDÚSTRIA NO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO</b>	
<b>4) CONCLUSÃO</b>	<b>58</b>
<b>5) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>62</b>

## **Resumo**

A presente monografia irá analisar os elementos necessários para se refletir sobre o início do processo de industrialização no Brasil, através de teorias, debates e acontecimentos históricos. Para atingir o propósito deste trabalho, busca-se responder às seguintes perguntas: Como as idéias do Protecionismo e do Liberalismo influenciaram no debate entre os defensores do modelo agrário e do modelo industrial no Brasil? Quais eram as idéias debatidas pelos defensores da agricultura e da industrialização no Brasil? Quais foram os fatores históricos responsáveis pela implementação das políticas pró indústria no início do período republicano? As idéias liberalistas e protecionistas influenciaram os defensores do modelo agrário e do modelo industrial no Brasil através da idéia de elevação do nível de riqueza com a aplicação dos recursos tanto no setor agrário quanto no setor industrial para garantir o desenvolvimento econômico do país. As idéias debatidas pelos defensores da agricultura eram as de que as classes agrárias seriam as responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país, onde o desenvolvimento ocorreria através da planificação da moderna agricultura de alimentação e através da promoção dos meios adequados para se obter a elevação da produção agrícola brasileira. Já as idéias debatidas pelos defensores da industrialização afirmavam que a industrialização nacional garantiria a liberdade econômica, geraria empregos e iria atrair os investimentos estrangeiros.

Por fim será feito um breve histórico do processo de industrialização no início do período republicano.

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é analisar a gênese do debate sobre a industrialização no Brasil. A justificativa deste trabalho, consiste em evidenciar as idéias que impulsionaram este movimento político durante o período monárquico até a república através da dualidade do Protecionismo e do Liberalismo, do debate entre agrários e industrialistas de 1808 até 1930 e da implementação de políticas pró indústria no começo da república.

No primeiro capítulo analisaremos a defesa teórica cujos expoentes eram Adam Smith e David Ricardo, que apoiavam o liberalismo, e Hamilton e List, defensores do protecionismo e como a experiência da Inglaterra com seu pioneirismo no ramo industrial e as idéias desses pensadores estão relacionadas ao debate entre os agrários e os industrialistas durante o regime monárquico e republicano.

No segundo capítulo analisaremos as idéias dos pensadores que impulsionaram o debate entre os defensores da agricultura e os defensores da industrialização brasileira, através dos acontecimentos históricos no Brasil que desencadearam o foco do debate dentro da classe social que é composta pelos pensadores que defenderam a agricultura brasileira, que estão relacionados às idéias liberais de Adam Smith e David Ricardo, e pelos pensadores que defendiam a indústria brasileira, que estão relacionados às idéias protecionistas de Hamilton e List.

No terceiro capítulo analisaremos os fatos históricos no início do período republicano responsáveis pela implementação de políticas pró indústria, que contribuíram bastante para que tais conceitos abordados neste capítulo dessem prosseguimento através de outra dualidade formada entre metalistas, formados por uma classe mais conservadora, e papelistas, que podemos classificar como a parcela mais liberal da sociedade brasileira.

## **CAPÍTULO 1**

### **PROTECIONISMO X LIBERALISMO: O DEBATE ENTRE ADAM**

#### **SMITH/DAVID RICARDO E HAMILTON E LIST**

O Protecionismo e o Liberalismo são discutidos por duas vertentes de pensadores econômicos, o Liberalismo é defendido pelos pensadores Adam Smith e David Ricardo e já o Protecionismo é defendido pelos pensadores Hamilton e List.

É provável que se tenha articulado como um sintoma de posições diferentes em que se encontravam os países desses pensadores (Inglaterra de um lado e Alemanha e EUA do outro lado).

#### **1.1) DEFESA DO LIBERALISMO SEGUNDO ADAM SMITH E DAVID**

##### **RICARDO**

A defesa do liberalismo segundo a visão de Smith era de que o capital era gerado com maior eficiência em determinados empregos do que em outros. Pois, o capital empregado na agricultura era o que produzia mais, depois vinha o capital industrial, o próximo era o capital investido no comércio interno e por último o capital empregado no comércio externo. Segundo Smith<sup>1</sup>, este tipo de escalonamento da produtividade do capital está relacionado a ordem natural do desenvolvimento econômico. Caso os governos não estimulassem ou desestimulassem o capital investido nos setores econômicos, a persistente busca egoísta pela maximização dos lucros por parte dos capitalistas faria com que ocorresse o desenvolvimento econômico.

---

<sup>1</sup> SMITH, A RIQUEZA DAS NAÇÕES, p. 341-355 citado por HUNT, 1981, p. 80.

Smith dizia que na ordem natural do desenvolvimento econômico, primeiramente surgia a agricultura. Se o mercado fosse livre e caso não existisse qualquer intervenção governamental, grande parte dos capitalistas investiria o seu capital na terra, depois no setor industrial e por último no comércio exterior. Após a produção agrícola tornar-se em um “sistema de liberdade natural”, o capital seria destinado à indústria. (IBID., p. 357-358 citado por HUNT, 1981, p. 80)

Neste nível de desenvolvimento, a indústria interna seria mais rentável para o bem-estar humano do que para o comércio exterior. Smith através da sua descrição sobre o fluxo de capital para a indústria interna em um “sistema de liberdade natural”, criou a proposição famosa da sua tese, que evidenciava que em um mercado livre das ações egoístas dos indivíduos são guiadas por uma “mão invisível”, com o objetivo de se atingir a maximização do bem-estar econômico:

Todo indivíduo que emprega seu capital na promoção da indústria interna esforça-se para que o produto desta indústria tenha o maior valor possível. O produto da indústria é o que ela adiciona as matérias-primas por ela utilizadas. Na medida em que o valor deste produto seja grande ou pequeno, os lucros do empregador serão grandes ou pequenos, mas é apenas visando ao lucro que alguém emprega um capital na indústria, e, portanto ele sempre se esforçará para empregá-lo na indústria cujo produto tenha probabilidade de ter o maior valor ou de poder ser trocado pela maior quantidade de moeda ou de outros bens. A receita anual de toda sociedade, porém, é sempre precisamente igual ao valor de troca de todo o produto anual de sua indústria... Portanto, quando todo indivíduo se esforça o mais que pode, não só para empregar o seu capital na indústria interna, como também para que seu produto tenha o maior valor possível, trabalha, necessariamente, no sentido de aumentar o máximo possível a renda anual da sociedade. Na verdade, ele geralmente não pretende promover o interesse público, nem sabe até que ponto o está promovendo. Preferindo aplicar na indústria interna e não na externa, só está visando à sua própria segurança dirigindo a indústria de tal maneira que seu produto

possa ter o maior valor possível, só está querendo promover seu próprio interesse e está, neste e em muitos outros casos, sendo levado por uma “mão invisível” a promover um fim que não fazia parte de suas intenções. Do mesmo modo, nem sempre é pior para a sociedade que não tenha sido esta a sua intenção. Cuidando do seu próprio interesse, o indivíduo, quase sempre, promove o interesse da sociedade mais eficientemente do que quando realmente deseja promovê-lo. (IBID., p. 422-423 citado por HUNT, 1981, p. 81)

Portanto, a partir da citação acima podemos afirmar que, os capitalistas que empregam seu capital no setor industrial visam somente a maximização dos seus lucros, o indivíduo empenha-se em elevar no máximo a renda anual da sociedade através da venda do seu produto com o maior valor possível com o intuito de atingir o seu interesse particular, sendo guiado por uma “mão invisível”, eliminando o que não fazia parte dos seus interesses. Smith chegou a conclusão que as intervenções, as regulamentações, as concessões de monopólio e os subsídios especiais do Governo faziam com que o capital fosse mal alocado e a reduzir sua contribuição para o bem-estar econômico. Não deixando de citar que as ações do Governo limitavam os mercados, causando a diminuição da taxa de acumulação de capital e reduzindo o grau de divisão do trabalho e conseqüentemente o nível de produção social.

A competitividade dos mercados livres deslocariam o emprego de capital para os setores industriais mais produtivos e para a maximização egoísta do lucro através dos canais socialmente úteis, de acordo com o nível de saciedade e de necessidade das pessoas ao adquirirem as mercadorias produzidas:

Não devemos esperar que nosso jantar venha da benevolência do açougueiro, do cervejeiro, ou do padeiro, mas, sim, de sua consideração para com seus próprios interesses. Nós não nos

dirigimos ao seu humanitarismo, e sim ao seu amor-próprio, e nunca lhe falamos de nossas necessidades, mas de suas vantagens. (IBID., p. 14 citado por HUNT, 1981, p. 81)

Segundo E. K. Hunt (1981) baseado nas idéias de Smith, os indivíduos buscaram atingir apenas aos seus interesses, visando as vantagens na comercialização das suas mercadorias, ou seja, serão movidos por atos egoístas.

Para Smith, em uma economia de mercado concorrencial, *laissez-faire*<sup>2</sup> e capitalista, o mercado livre destinaria todas as ações egoístas, gananciosas e voltadas somente para o lucro do “sistema de liberdade natural”, que é caracterizado por ser socialmente benéfico e harmonioso. Smith divulgou que as funções apropriadas do Governo deveriam ser estritamente limitadas:

O homem de governo que tentasse dirigir as pessoas dizendo como elas deveriam empregar seu capital não só ficaria sobrecarregado com uma tarefa de todo desnecessária, como também assumiria uma autoridade que não poderia ser confiada a uma única pessoa, nem mesmo a um conselho ou a um senado e que em nenhum outro lugar seria tão perigosa quanto nas mãos de um homem que fosse suficientemente louco e presunçoso para julgar-se apto para exercê-la. ( IBID., p. 423 citado por HUNT, 1981, p. 82)

Segundo E. K. Hunt (1981) baseado nas idéias de Smith, nenhum homem de governo seria capaz por si só de administrar uma forma na qual as pessoas deveriam investir o seu capital, pois tal atitude era perigosa e desnecessária, principalmente se fosse conduzida por uma pessoa de caráter vil. Pois, quando um país consegue produzir uma unidade de um

---

<sup>2</sup> A expressão *laissez-faire* é símbolo do liberalismo econômico que apresenta a idéia de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência.

bem com menos custo que, outro país, chega-se a conclusão de que o primeiro país tem vantagens absolutas na produção desse bem.

Já para Ricardo, os conceitos do liberalismo estava relacionado a idéia de que o livre comércio internacional poderia beneficiar dois países, mesmo que um determinado país produza com maior eficiência do que o outro.

Ricardo argumentou também que o capital era relativamente imóvel entre os países que era necessário, devido a este fato, ser formulada uma teoria desmembrada do comércio interno do país. Então Ricardo argumenta que um país não precisava ter necessariamente uma vantagem absoluta na produção de qualquer mercadoria, para que o comércio internacional entre ele e outro país seja mutuamente benéfico. Pois, vantagem absoluta significava maior eficiência de produção ou o uso de menos trabalho na produção. Dois países poderiam beneficiar-se com o comércio, se cada um possuísse uma vantagem relativa na produção. Onde a vantagem relativa mostrava que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias era diferente entre os dois países, de maneira que cada um deles poderia ter, pelo menos, uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado seria menor do que a do outro país.

Então a teoria das vantagens comparativas segundo Ricardo seria benéfica para ambos os países, pois ele afirma em sua teoria que o livre comércio elevaria o “total de benefícios” de cada país, que está diretamente ligado aos princípios formulados por Adam Smith, pois segundo ele o livre comércio aumenta a utilidade ou os “benefícios” de ambos os países, na troca. Portanto, se a política de tornar mais livre a troca e o comércio fosse adotada, todos iriam beneficiar-se, fazendo com que os interesses estivessem em completa harmonia. (IBID., p.77 citado por HUNT, 1981, p. 139)

Ricardo persistiu com a idéia de que o livre comércio iria maximizar o “total dos benefícios”. Ele escreveu o seguinte:

Devemos lembrar-nos de que a condição retrógrada é sempre um estado da sociedade que não é natural. O homem passa da mocidade para a maturidade, entra em decadência e morre; mas não é este o progresso das nações. Quando chegam a um estado de maior vigor, seu avanço posterior pode ser de fato, detido, mas sua tendência natural é continuar, durante muito tempo, mantendo constantes sua riqueza e sua população. (IBID., p. 177 citado por HUNT, 1981, p. 140)

Segundo E. K. Hunt baseado nas idéias de Ricardo, os sistemas sócio-econômicos possuem um mecanismo de vida própria e ele não acreditava que políticas iriam aumentar o “total dos benefícios”, mas sim os indivíduos que possuíssem um elevado poder aquisitivo, então acredita-se que o livre comércio atuava como uma “mão invisível” para maximizar o bem-estar de todo o mundo.

Ricardo escreveu o seguinte em prol da defesa do livre comércio:

Neste sistema de comércio perfeitamente livre cada país, naturalmente, destina seu capital e seu trabalho a empregos que lhe sejam mais benéficos. Esta busca de vantagem individual está admiravelmente ligada ao bem universal do todo. Estimulando a indústria, recompensando a criatividade e usando de modo mais eficaz os poderes peculiares que lhe são conferidos pela natureza, distribuí o trabalho da maneira mais eficaz e econômica possível, ao mesmo tempo que, aumentando o volume geral de produção, difunde o benefício geral e agrega, como um elo comum de interesse e união, a sociedade universal das nações de todo o mundo civilizado. (IBID., p. 81 citado por HUNT, 1981, p. 141)

Segundo Hunt baseado nas idéias de Ricardo, os países investem o seu capital onde irão maximizar os seus benefícios, alocando o trabalho de modo mais eficiente e conseqüentemente aumentando as suas produções.

Para Ricardo a “mão invisível” atuava de maneira local, nacional e internacional, harmonizando o interesse de todos, a defesa de Ricardo com relação aos interesses dos capitalistas foi atendida através da adoção de uma perspectiva da teoria do valor-trabalho<sup>3</sup>.

No modelo de Ricardo quando dois países se especializam na produção de bens nos quais têm vantagens comparativas, ambos os países ganham do comércio. E não deixando de mencionar que as vantagens comparativas não são as vantagens absolutas, porque são as vantagens relativas, e não as absolutas, que determinam quem deveria e irá produzir um bem. Para Ricardo existem efeitos indiretos do comércio internacional sobre a distribuição de renda dentro dos países.

Então baseado nas idéias de Hunt e Chang chega-se a conclusão de que os países terão sempre ganhos através do comércio, ou seja, o comércio internacional causa grandes impactos sobre a distribuição de renda.

Ricardo menciona que as principais características do seu modelo são a importância das diferenças de produtividade no comércio internacional e que são as vantagens comparativas que importam e não as vantagens absolutas.

O modelo de Ricardo mostra como as diferenças existentes entre os países levam ao comércio e aos ganhos do comércio. Onde o trabalho é o único fator de produção e os países diferem apenas na produtividade do trabalho nas diferentes indústrias.

---

<sup>3</sup> A teoria do valor-trabalho consiste na idéia de que o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que, em média é necessário para produzi-la, incluindo aí todo trabalho anterior, pois o trabalho é o único elemento que realmente gera valor.

Para Ricardo, os países irão exportar as suas mercadorias produzidas através da eficiência do trabalho interno e irão importar com ineficiência do trabalho interno.

Então chega-se a idéia de que o padrão de produção de um país é determinado pelas vantagens comparativas. Ricardo trabalha com o princípio de que os países irão exportar os seus bens que possuem produtividade elevada.

Pode-se concluir então que o conceito de vantagens comparativas segundo Ricardo está na idéia de que um país possui vantagem comparativa na produção de um determinado bem se o custo de oportunidade de produzir aquele bem em comparação com a produção dos outros bens é menor naquele país do que em outros países.

Ou seja, utilizaremos um exemplo retirado de Krugman & Obstfeld (2001), para explicar melhor a idéia das vantagens comparativas através da produção de rosas e de computadores nos Estados Unidos e na América do Sul, onde é mais difícil produzir rosas no mês de fevereiro nos Estados Unidos devido as condições climáticas nesta época do ano, pois as rosas deveriam crescer em estufas aquecidas, com altos custos em termos de energia, investimento de capital e outros recursos escassos.

Então, surge uma relação conflitante, porque para produzir rosas no inverno, a economia norte-americana deve produzir menos outros bens, como computadores.

O termo custo de oportunidade está relacionado a idéia de que o custo de oportunidade das rosas em termos dos computadores é o número de computadores que poderiam ter sido produzidos com os recursos usados na produção de um determinado número de rosas. Podemos supor, que nos Estados Unidos crescem atualmente dez milhões de rosas para venda no Valentine's Day, e que os recursos utilizados para a produção de rosas poderiam ter produzido cem mil computadores. Logo, o custo de oportunidade desses dez milhões de rosas são cem mil computadores e se os computadores fossem produzidos, o

custo de oportunidade desses cem mil computadores seriam dez milhões de rosas. Porém, esses dez milhões de rosas do Valentine's Day poderiam ter crescido na América do Sul e é provável que o custo de oportunidade das rosas em termos de computadores fosse menor que nos Estados Unidos.

Pois, é muito mais fácil produzir rosas em fevereiro na América do Sul, onde é verão em fevereiro, do que nos Estados Unidos, onde é inverno nesta época do ano, mas os trabalhadores na América do Sul são menos eficientes que os dos Estados Unidos na produção de bens sofisticados, como computadores, o que significa que um dado montante de recursos usados na produção de computadores rende menos computadores na América do Sul que nos Estados Unidos.

Então, os Estados Unidos deixariam de produzir rosas no inverno e dedicariam seus recursos para a produção de computadores, deslocando os recursos necessários para a indústria de computadores. Neste exemplo mencionado acima, a América do Sul apresenta vantagens comparativas em rosas e os Estados Unidos têm vantagens comparativas em computadores. O padrão de vida pode ser melhorado em ambos os lugares, se a América do Sul produzir rosas para o mercado dos Estados Unidos, enquanto os Estados Unidos produzem computadores para o mercado sul-americano.

Então baseado nas idéias de Hunt e Chang, chega-se a conclusão de que o comércio entre dois países pode beneficiar ambos os países, se cada país produzir os bens nos quais possui vantagens comparativas.

## **1.2) A DEFESA DO PROTECIONISMO SEGUNDO HAMILTON E LIST**

A defesa do Protecionismo segundo a visão de Alexander Hamilton na sua obra, Relatórios do secretário do Tesouro sobre a questão das manufaturas (1791), é baseada na

elaboração sistemática do argumento da indústria nascente. Hamilton argumentava que a concorrência e “a força do hábito” impediriam as novas indústrias, que em breve poderiam ser competitivas internacionalmente (as “indústrias nascentes”) de se desenvolverem nos Estados Unidos, a menos que a ajuda governamental compensasse os prejuízos iniciais. Segundo Hamilton, essa ajuda podia tomar a forma de tarifas, de importação ou, em casos mais raros, de proibição da importação.

Hamilton preconizava um sistema abrangente de proteção e subsídio à indústria nascente. O pensador Hamilton era a favor da proteção industrial como única saída de desenvolvimento da produção e com isso fosse potencializada a geração de riqueza do país, ele dissertava que os subsídios pecuniários à agricultura costumam ser mais eficientes que simples tarifas alfandegárias. Na maioria das vezes, estas tarifas refletem mais as necessidades do Tesouro do que uma política deliberada de proteção à produção nacional, o protecionismo se caracteriza pela igualdade de condições entre os produtores nacionais e estrangeiros, levando-se em consideração as diversas formas e incentivos oferecidos pelos governos dos demais países. Não é apenas uma questão tarifária, muito menos uma questão de oferecer vantagens a determinados setores da sociedade. O protecionismo é uma postura defensiva de preservação dos interesses nacionais frente às ambições dos demais países.

Já a defesa do Protecionismo segundo a visão de Friedrich List é de que a indústria e a agricultura eram duas vertentes indissociáveis de uma economia, isto é, de um sistema econômico que produzia muita riqueza. Os dois setores eram qualitativamente distintos. E não seria viável aplicar todos os recursos dos países atrasados na agricultura como divulgava o pensador Smith. List observou que um país que possuísse ambos setores estaria com vantagem em comparação a um país que só explorasse a agricultura:

Em tal estado (de especialização na agricultura), desperta-se e desenvolve-se apenas uma parcela mínima das forças e poderes mentais e corporais latentes na nação, sendo aproveitadas a mínima parte das forças e dos recursos colocados à disposição pela natureza, sendo pequeno ou nulo o acúmulo de capital. (LIST, 1983, p. 102)

Segundo Chang baseado nas idéias de List, o livre comércio dos países menos desenvolvidos faria com que o nível de acumulação reduzisse, pois para List qualquer país que adquirisse um certo grau de desenvolvimento poderia equivaler-se aos países mais antigos e eficazes através de um protecionismo moderado e com incentivos ao desenvolvimento das manufaturas no país. Segundo List<sup>4</sup>, o Estado iria limitar a comercialização através da imposição de leis sobre os produtos com o objetivo de não aumentar o preço dos produtos e sim maximizar os instrumentos necessários para elevar a linha de produção de um país. Mesmo que considerando a autonomia plena de comércio como um objetivo a ser alcançado, o caminho mais eficiente para que esta liberdade produza benefícios à civilização deve passar por um longo período de estruturação e preparação das diversas nações. Cada país com suas peculiaridades, necessita se organizar antes de enfrentar a competição com os demais, senão quizer o risco de ver sua economia desestruturada pelos concorrentes mais fortes. Além da economia, cada país tem culturas específicas que exigem um tempo de adaptação diferente. Logo, a compreensão política deve preceder a liberação comercial.

Nesta linha de pensamento, o valor de troca de bens e serviços não é suficiente para subsidiar decisões estratégicas. De acordo com o pensamento de List, mais importante que possuir riqueza é saber produzi-la. Daí a importância de fatores institucionais como

---

<sup>4</sup> O SISTEMA NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, p. 80-87 citado por GIMENE, Márcio, 2003, p. 95.

educação, cultura, religiosidade, moralidade, ordem social, justiça e liberdade para fomentar o desenvolvimento das forças produtivas. Esses valores motivariam as pessoas a preparar um futuro melhor para as próximas gerações, deixando de priorizar benefícios materiais imediatos. List abordava que o conceito de divisão do trabalho é impreciso, pois de nada adiantaria dividir as operações sem a combinação das forças produtivas em direção a um objetivo comum. O indivíduo que produz as cabeças dos alfinetes deve estar certo da cooperação daquele que faz as pontas, se não quiser correr o risco de trabalhar em vão. Por isso, a causa da produtividade não seria a simples divisão do trabalho, e sim a união do trabalho. Esta linha de raciocínio reflete uma diferença significativa quanto a concepção de organização e motivação da produção, podendo ser estendido para todo o país. A produtividade da nação depende do fato de estarem as atividades de todos os indivíduos, e de cada setor de produção em relação adequada umas com as outras, proporcionando as harmonias das forças produtivas.

Da mesma forma que precisam estar em sintonia a agricultura, a manufatura e o comércio de uma nação também deve existir uma cooperação adequada entre as ocupações intelectuais e materiais da nação, já que ambas são interdependentes. Como a cooperação internacional das forças produtivas pode ser interrompida com frequência por motivos como guerras, regulamentos políticos e crises comerciais, as grandes nações devem estabelecer, como objetivo primordial dos seus esforços, a união nacional de suas forças produtivas, considerando como objetivo secundário sua união internacional. List mencionava em sua teoria que os países desenvolvidos com relação aos países mais atrasados não desenvolvem novas indústrias sem a intervenção estatal, principalmente por intermédio de tarifas protecionistas. List na sua obra principal, O sistema nacional de economia política, argumenta que a Grã-Bretanha foi o primeiro país a instituir a indústria

nascente, sendo esse o princípio que impulsiona boa parte dos países a prosperarem. O economista alemão List elaborou uma síntese sobre a trajetória de sucesso da Grã-Bretanha citada abaixo:

Tendo atingido certo grau de desenvolvimento por meio do livre-comércio, os grandes monarcas (da Grã-Bretanha) perceberam que não se podia obter um alto grau de civilização, poder e riqueza sem uma combinação de manufatura, comércio e agricultura. Deram-se conta de que a recém-criada indústria nacional não teria chance de sucesso em livre concorrência com as estrangeiras estabelecidas havia muito mais tempo (as italianas, as hanseáticas, as belgas e as holandesas)... Portanto, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, trataram de transplantar para o solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros. (LIST, 1841, p. 111 citado por CHANG, 2002, p. 16)

Segundo Chang baseado nas idéias de List, para o país atingir um elevado nível de evolução econômica teria que se combinar três setores que são a manufatura, o comércio e a agricultura. Então o país que adotar uma estratégia de potencializar a sua linha produtiva ao invés de elevar os preços dos seus produtos, buscar organizar-se politicamente e economicamente e não ser submisso a liberdade comercial, priorizar os fatores institucionais com o intuito de gerar riquezas e não apenas adquiri-la, aprender a trabalhar em conjunto, buscando harmonizar as forças produtivas através da combinação dos setores produtivos de sua economia e não trabalhar individualmente de maneira egoísta são as causas que caracterizam e explicam a supremacia das indústrias estrangeiras, que aderem ao tipo de política mencionada acima, em comparação com as indústrias nacionais. Por isso, as idéias dos empreendedores estrangeiros foram implantadas no território nacional, List argumenta que o livre-comércio é vantajoso entre países que possuem o mesmo nível

de desenvolvimento industrial, entretanto tal idéia jamais poderia ser aplicada nos países que têm nível igual de desenvolvimento, como inúmeros pensadores de diversos países que buscavam alcançar a Grã-Bretanha, ele argumenta que o livre-comércio traz benefícios a este país, porém de forma contrária as economias mais atrasadas. Afirma também que o livre-comércio beneficia completamente os exportadores de produtos agrícolas dessas economias a longo prazo, devido a manufatura local e a prosperidade econômica nacional, de maneira que na opinião dele o livre-comércio, feito pelos políticos e economistas britânicos da época, tinha propósitos nacionalistas, sendo abordado na citação abaixo:

É um expediente muito comum e inteligente em quem chegou no topo na magnitude chutar a escada pela qual subiu a fim de impedir os outros de fazerem o mesmo. Não é outro o segredo da doutrina cosmopolita de Adam Smith e das tendências cosmopolitas de seu grande contemporâneo William Pitt<sup>5</sup>, assim como de todos os seus sucessores no governo britânico. Qualquer nação que, valendo-se de taxas protecionistas e restrições à navegação, tiver levado sua capacidade industrial e sua navegação a um grau de desenvolvimento que impeçam as outras de concorrerem livremente com ela não pode fazer coisa mais sábia do que chutar a escada pela qual ascendeu à grandeza, pregar os benefícios do livre-comércio e declarar, em tom penitente, que até recentemente vinha trilhando o caminho errado, mas acaba de descobrir a grande verdade. (LIST, 1885, p. 295-6 citado por CHANG, 2002, p. 17)

Segundo Chang, o país que atingisse um elevado grau de desenvolvimento econômico buscaria a eliminação dos seus concorrentes de modo a evitar que eles conseguissem atingir o mesmo nível de evolução econômica.

### **1.3) BREVE COMENTÁRIO SOBRE A EXPERIÊNCIA INGLESA**

---

<sup>5</sup> William Pitt, segundo filho do primeiro-ministro também chamado William Pitt nasceu em Hayes (Kent) em 28 de maio de 1759, formou-se em direito pela Universidade de Cambridge em 1780, foi estadista britânico e primeiro-ministro da Grã-Bretanha (1783-1801 e 1804-1806).

Em 1846, com a revogação das Corn Laws<sup>6</sup>, a Grã-Bretanha deu um passo muito grande para implantar de vez o regime unilateral de livre-comércio, inspirada na sua superioridade econômica na época e devido à sua política imperial.

Os outros países não tiveram outra saída a não ser praticar o livre-comércio pelo colonialismo e com relação a alguns países “independentes”, através de tratados desiguais.

Com a Revolução Industrial, na segunda metade do século XVIII, a Grã-Bretanha começou a difundir a sua liderança tecnológica sobre os demais países.

A Grã-Bretanha adotou a estratégia de impedir a transferência de tecnologia para as concorrentes potenciais e forçou os países menos desenvolvidos a abrirem os seus mercados, principalmente através de força quando necessário.

A supremacia tecnológica britânica, que foi responsável por engrandecer o sistema de livre-comércio, foi alcançada através das elevadas e duradouras barreiras tarifárias.

Na frente comercial, os subsídios e os reembolsos aduaneiros aos insumos eram utilizados frequentemente com o intuito de estimular a exportação.

O Estado subsidiava a indústria e recorria a diversos programas de investimento público, sobretudo em infra-estrutura e na manufatura.

Era também atribuição do Estado financiar a aquisição de tecnologia estrangeira, através de viagens de especialização e treinamento ou até mesmo com o incentivo à espionagem industrial.

Incentivava-se o desenvolvimento da capacidade tecnológica interna mediante o apoio financeiro à pesquisa e desenvolvimento, à educação e treinamento. Porém o sistema de livre-comércio não ficou implantado por muito tempo, pois na década de 1880, alguns fabricantes britânicos em crise passaram a reivindicar proteção.

<sup>6</sup> As Corn Laws, também conhecidas como as leis do milho, foram as tarifas de importação para proteger os preços do milho no Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda contra a concorrência entre 1815 e 1846.

Então baseado nas evidências históricas propostas por Chang, chega-se a conclusão de que a defesa mais sensata é a abordada por Hamilton e List, pois não seria nem um pouco benéfico aplicar todos os recursos que um país adquiriu apenas no setor agrário, mas sim tanto no setor industrial quanto no setor agrário, pois a aplicação de tal mecanismo faria com que os países elevassem a acumulação e a produção das suas riquezas principalmente através da indústria nascente e com isso se desenvolvessem economicamente de maneira mais rápida e eficaz do que os países atrasados.

## **CAPÍTULO 2**

## **O DEBATE ENTRE OS DEFENSORES DA INDUSTRIALIZAÇÃO E DA AGRICULTURA NO BRASIL: “ A GÊNESE DO DEBATE ” ( 1808 – 1930 )**

O debate entre os defensores da industrialização e da agricultura no Brasil se estendeu durante várias décadas nas quais surgiram vários pensadores que buscavam atender aos interesses da classe social a qual pertenciam. Pois para determinados indivíduos a agricultura seria o setor produtivo responsável por desenvolver economicamente o país, já para muitos o setor industrial seria incumbido de alavancar e evoluir a economia do país, trazendo com isso inúmeros benefícios para a sociedade.

### **2.1) OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS RESPONSÁVEIS PELO DEBATE**

No século XIX, evidencia-se os primeiros fatos históricos que começaram a desencadear o nascimento do processo de industrialização no Brasil. Com a invasão do exército francês, comandados por Napoleão, fez com que a família real portuguesa fugisse para o Brasil sob proteção da Inglaterra, que em contrapartida exigiu a abertura dos portos brasileiros as nações amigas e a concessão de privilégios comerciais a nação inglesa. Estes fatores foram responsáveis pela difusão da cultura inglesa no Brasil e pela rápida modernização do país devido ao fim do pacto colonial com o Brasil e a instauração do império português no país. Com isso o rei Dom João VI precisou aproximar-se ainda mais das elites liberais nacionais, que eram contrárias as limitações implantadas pela Coroa portuguesa. Por esse motivo foi declarada a liberdade de indústria juntamente com incentivos como: isenção de direitos aduaneiros aos insumos necessários para as indústrias nacionais, isenção do tributo de exportação para os produtos industrializados do país e

utilização dos produtos nacionais para o fardamento das tropas reais. Um dos liberais de maior destaque na época era José da Silva Lisboa, denominado Visconde de Cairú.

Conhecido como grande patriota e desenvolvimentista, Cairú foi considerado um importante personagem da história brasileira.

O tratado de comércio Luso-Britânico de 19 de fevereiro de 1810, foi uma medida tomada por D. João VI logo que se efetivou a transferência da corte portuguesa para o Brasil através da abertura dos portos brasileiros as nações amigas e com a possibilidade de se poder transacionar qualquer espécie de mercadoria, exceto algumas mercadorias que eram objeto de monopólio da coroa portuguesa, que tinha como objetivo conceder aos produtos ingleses uma tarifa percentual de somente 15% ad valorem, enquanto os provenientes de Portugal eram taxados em 16% e os dos outros países em 24%.

Então, Manuel Alves Branco, intitulado 2º visconde com grandezas de Caravelas, exerceu as profissões de advogado, economista e político brasileiro, além e exercer os mandatos de deputado geral, ministro da justiça, ministro da Fazenda, presidente do Conselho de Ministros e senador do Império do Brasil, do ano de 1837 a 1855, em 1844, criou a Tarifa Alves Branco, que foi elaborada em uma pauta alfandegária que tributava em 30% boa parte dos produtos estrangeiros. Alves Branco observou que, do ponto de vista protecionista, a pauta era insatisfatória. O fator mais importante era o aumento da arrecadação do Tesouro Nacional, já que os tributos alfandegários eram a principal fonte de arrecadação do Estado. Entretanto, mesmo com a motivação fiscal, Alves Branco mostrava clareza sobre a importância estratégica da indústria e sua complementaridade em relação à agricultura:

A indústria fabril interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua lavoura; a lavoura interna de qualquer povo é o primeiro, mais seguro e abundante mercado de sua indústria. Os mercados estrangeiros só devem ser considerados como auxiliares para uma e outra, e jamais, como principais. (...) Para isso nada mais julgo por ora preciso senão que a tarifa seja um dos objetos de mais desvelo do governo e das Câmaras nos seus trabalhos anuais; que o governo esteja sempre autorizado para proteger os capitais nacionais ou estrangeiros que queiram empregar-se dentro do país em manufaturas... (LUZ, Nícia Vilella, 1978, p. 50 – 51 citado por GIMENE, Márcio, 2003, p. 81)

Segundo Márcio Gimene baseado nas idéias de Nícia Vilella Luz a indústria e a lavoura local são mercados de suma importância tanto para o desenvolvimento da lavoura quanto para o desenvolvimento da indústria. E os mercados internacionais só podem dar suporte para a lavoura e a indústria e nunca serem os principais fornecedores do setor produtivo nacional. Onde as tarifas alfandegárias são necessárias para proteger os investimentos nacionais ou estrangeiros aplicados no setor produtivo do Brasil.

A Tarifa Alves Branco incentivou os empreendedores brasileiros a investirem ainda mais no setor industrial. Não deixando de mencionar, que Irineu Evangelista de Souza, Barão e Visconde de Mauá, que se enriqueceu através do comércio de importação e exportação como sócio do seu ex-patrão, o britânico Richard Carruthers.

Mauá narra na sua primeira visita à Inglaterra, em 1840, quando teve oportunidade de conhecer, a convite de John Morgan, um enorme estabelecimento de ferro e máquinas que:

Era já então, como é hoje ainda, minha opinião que o Brasil precisava de alguma indústria dessas que podem medrar sem grandes auxílios para que o mecanismo de sua vida econômica possa

funcionar com vantagem; e a indústria que manipula o ferro, sendo a mãe das outras, me parecia o alicerce dessa aspiração. Causou-me forte impressão o que vi e observei, e logo aí gerou-se em meu espírito a idéia de fundar em meu país um estabelecimento idêntico; a construção naval fazia parte também do estabelecimento a que me refiro. Quando tive pensamento de mudar de rumo na direção das minhas ocupações, foi a primeira idéia que tratei de realizar ... (MAUÁ, Visconde de, 1988, p. 100 – 101 citado por GIMENE, Márcio, 2003, p. 81)

Segundo Márcio Gimene baseado nas idéias de Mauá, o Brasil necessitava de uma indústria pesada para dar um grande suporte ao setor econômico do país e com isso adquirir muitas vantagens, principalmente no ramo produtivo.

Em 1846, Mauá adquiriu o estabelecimento da Ponta da Areia, em Niterói, tornando-o um grande estabelecimento industrial do Império através da fundição de ferro e bronze, mecânica, ferraria, serralheria, caldeiraria de ferro, construção naval e demais atividades correspondentes. Mas, o sucesso que tinha sido alcançado pela Tarifa Alves Branco foi interrompido pelo rumo antiprotecionista que foi dominando o país. Mauá revela a impossibilidade de concretizar empreendimentos industriais sem a devida proteção temporária à indústria nascente:

A legislação sobre artefatos de ferro foi se modificando. Navios a vapor e alguns de vela, dos que a Ponta de Areia conseguiria fornecer, 72 nos primeiros onze anos de sua existência, tiveram ingresso do estrangeiro livres de direito ! Da mesma forma entraram maquinismos a vapor e ainda outros, de sorte que a concorrência com os produtos similares do exterior tornou-se impossível e o estabelecimento decaiu. (IBID., p. 102 – 103, citado por GIMENE, Márcio, 2003, p. 81)

Segundo Márcio Gimene baseado nas idéias de Mauá, os produtos produzidos no exterior entraram no Brasil com destino à venda sem pagar qualquer tipo de tributo,

enquanto os produtos nacionais tinham de pagar elevados tributos, ficando dessa forma impossível concorrer com as indústrias estrangeiras.

Em 1857, ocorreu um incêndio misterioso que quase destruiu todo o estabelecimento do Mauá. No entanto, Mauá conseguiu recuperar o seu estabelecimento, porém a falta de encomendas por parte de seu principal cliente: o governo, gerou inúmeros prejuízos ao seu estabelecimento. Em outro plano, Mauá tinha criado e incentivado outras empresas, principalmente na área de infra-estrutura, estradas de ferro, iluminação à gás, Canal do Mangue, telégrafo, submarino, navegação do rio Amazonas e a criação do Banco Mauá foram algumas das iniciativas concluídas pelo pioneiro da industrialização brasileira. Talvez, Mauá não tenha tido a percepção de que as idéias dos liberais britânicos, que tanto o inspiravam, não poderiam ser aplicadas nos países que estavam no início do seu processo de industrialização. O Brasil necessitava de um projeto nacional de longo prazo, que estimulasse a industrialização, garantindo condições pequenas de igualdade entre os produtores nacionais e estrangeiros.

Porém, tal medida só poderia ser articulada politicamente para reduzir as resistências.

Mas, sua visão republicana, o apoio aos separatistas farroupilhas e suas críticas à escravidão e à Guerra do Paraguai foram alguns fatores que dificultaram a aproximação com o Imperador e os seus conselheiros. Não dando importância à política, Mauá confiou nas boas intenções dos seus amigos ingleses, especialmente ao se associar aos Rothschild. Não observou que a livre concorrência é eliminada quando convém aos mais fortes, que se valem de táticas desonestas para eliminar seus adversários em um negócio. Se a economia não fosse subordinada à política, se não existissem projetos nacionais concorrentes, se as idéias cosmopolitas fossem igualmente aplicáveis em qualquer país, se o protecionismo não

fosse necessário as indústrias nascentes, certamente Mauá não teria falido e morrido frustrado por ter seu sonho de industrializar o Brasil arruinado pelos seus adversários internos e externos.

Como difusor das idéias de Adam Smith no Brasil e autor da “Refutação das declamações contra o comércio inglês”, Cairú afirmou nas suas “Observações sobre o comércio francês no Brasil”:

É de toda probabilidade que quanto mais extenso, e regular o nosso comércio com os ingleses, com plena confiança, e constância de amizade, tanto mais participaremos das vantagens que eles gozam, dando o maior possível de extração aos produtos da nossa terra, e indústria, e adquiriremos grande perícia mercantil, e até receberemos com exuberância muitos dos seus capitais adiantados a longo prazo, e a favoráveis termos, para se empreenderem grandes e novos estabelecimentos. (CARVALHO, Darcy, 1985, p. 109 citado por GIMENE, Márcio, 2003, p. 80 )

Segundo Márcio Gimene baseado nas idéias de Darcy Carvalho, a comercialização com os ingleses traria inúmeros benefícios para o país através das suas experiências comerciais e industriais que em troca usufruiriam da matéria-prima encontrada na terra brasileira, e com esses instrumentos novas empresas iriam surgir no Brasil.

No século XIX, o café se destacava como principal produto nacional, aumentando as críticas do relativo protecionismo da Tarifa Alves Branco. A lavoura questionava a elevação dos preços dos instrumentos agrários e dos gêneros necessários à subsistência das classes trabalhadoras. Devido a esta pressão, ocorreram inúmeras revisões nas tarifas aduaneiras, limitando as tentativas de industrialização.

Então baseado nos levantamentos históricos realizados por Márcio Gimene, observa-se que a tarifa Alves Branco, que vigorou de 1844 até 1860, contribuiu para os

importadores pagarem preços mais elevados para adquirirem os seus produtos e com isso os produtos nacionais serem mais valorizados no mercado.

Não deixando de mencionar que apesar do objetivo principal da tarifa Alves Branco, que era de equilibrar a balança comercial brasileira, o que ela realmente conseguiu foi incentivar a substituição de importações e a criação de inúmeras fábricas no Brasil.

A política alfandegária do Império caracterizou-se por motivações fiscais, trocando períodos de protecionismo moderado com o de maior liberalismo, não atendendo as expectativas dos industriais, fazendeiros e comerciantes.

A ausência de elaboração de uma política econômica a longo prazo, geravam incertezas, que desestimulavam os investimentos. O sucesso de um setor industrial impulsiona o desenvolvimento dos demais, porém a falência contamina toda a economia nacional devido a ausência de investimentos pelo fato de o Brasil não possuir uma política econômica eficiente por um longo tempo, tal mecanismo fazia com que as demais indústrias e os outros setores da economia nacional perdessem investimentos também, pois todos setores econômicos estavam interligados e caso um deles fosse prejudicado a harmonia econômica seria abalada, prejudicando a economia brasileira de forma generalizada. Assim, essa ausência de continuidade no processo de industrialização do século XIX, faria com que a economia brasileira ficasse vulnerável às conjunturas internacionais.

## **2.2) OS DEFENSORES DO MODELO AGRÁRIO NO BRASIL**

Os defensores do modelo agrário no Brasil mencionavam que as classes produtoras seriam as responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país, onde segundo Eugênio

Gudin<sup>7</sup>, o processo de industrialização depende diretamente das atividades agrícolas para atingir um elevado nível de desenvolvimento. O projeto aconteceria através da planificação da moderna agricultura de alimentação e através da promoção dos meios adequados para se conseguir o aumento da produção agrícola brasileira. A planificação tinha como objetivo fortalecer economicamente os setores produtivos e principalmente o setor agrícola do país, buscando solucionar os seus problemas. Onde as terras são produtivas e planas, onde se aplica a irrigação e a drenagem, onde se praticam as técnicas e os componentes essenciais para a adubação, onde se utiliza equipamentos agrícolas para adequar o solo, para semear, capinar e colher, onde propagam a instrução e a técnica, a economia agrícola tem a possibilidade de tornar um país muito rico com um elevado nível de qualidade de vida, tudo está ligado à produtividade, pois no Brasil existem regiões que produzem 100 toneladas de cana de boa qualidade por hectare diferente de outras que só produzem 30, existem zonas agrícolas de 200 arrobas e zonas de 30 arrobas por mil pés de café. O que se faz necessário é identificar a produtividade agrícola brasileira ao invés de deixá-la de lado.

Pois esta é a única atividade econômica que mostra efetivamente a capacidade elevada de produção destinada à exportação. Apesar das limitações do solo brasileiro, não pode-se deixar de explorar as atividades industriais e extrativas ligadas diretamente à economia agrícola do Brasil. Para o país se desenvolver ainda mais economicamente é necessário aplicar o conceito de produtividade na agricultura com o intuito de se produzir em maior quantidade e qualidade café, algodão, cana, laranjas, etc., por hectare plantado, um gado de melhor corte por alqueire de pastagens. E para conseguir obter este êxito, precisa-se de verdadeiros técnicos, estações experimentais precisas e pesquisa organizada, sendo também necessário aperfeiçoar a mão-de-obra brasileira que desenvolve atividades

<sup>7</sup> GUDIN, Eugênio, A CONTROVÉRSIA DO PLANEJAMENTO NA ECONOMIA BRASILEIRA, 1886, citado por SIMONSEN, Roberto Cochrane, 1889-1948, p. 115-129.

agrícolas para tornar eficiente a produção. A comercialização dos produtos agrícolas sob intervencionismo do Estado, seja com intuito de financiá-los, estabelecer preços baixos ou para normalizar a produção é um fator de destaque no ramo agrícola. Onde os sistemas para a produção e comercialização do café, algodão, açúcar, cacau, borracha, sal, mate, carne e demais produtos são controladas pelo governo. Não deixando de mencionar que existe a necessidade de um sistema concreto para aproveitamento eficiente dos recursos naturais nacionais e também para melhoria da produtividade do homem do campo brasileiro, o levantamento técnico que informe a localização das massas de imigrantes e da redistribuição populacional brasileira associado aos recursos econômicos disponíveis ou a desenvolver em regiões distintas.

Um das idéias principais seria explorar intensamente os recursos naturais e as terras ociosas do país com as colaborações da ciência e das técnicas modernas. Na planificação do Brasil não se pode levar apenas em consideração o trabalho industrial.

O Estado seria o responsável por conceder subsídios ao setor agrícola, através de assistência técnica, fornecimento de sementes, facilidade de aquisição de máquinas e de adubos, combate as pragas da lavoura, etc., porém não atuando diretamente no setor agrário. O pensador Américo Werneck elaborou um protecionismo ruralista, pois a terra era a prioridade para ele e se houvesse necessidade de extinguir todas as indústrias nacionais para salvar o setor agrícola ele faria sem hesitar.

Este ruralismo encontrado nas idéias de Américo Werneck mostra a oposição ao meio urbano na política republicana. As idéias ruralistas apresentavam como características as tendências fisiocratas de determinada corrente do pensamento econômico brasileiro.

Onde a predominância das atividades agrícolas nacionais, favoreceram o surgimento de um pensamento que localizava nas teorias fisiocratas uma justificativa para uma

economia predominantemente agrícola. Esse pensamento evidenciava uma filosofia antiindustrialista, antiurbana, identificando os benefícios e a superioridade da vida do campo. O advogado Alberto Torres foi um grande líder do movimento ruralista que tinha como objetivo realizar a reintegração da sociedade brasileira na vida rural, que segundo ele era a expressão máxima da nacionalidade brasileira, sendo assim Alberto Torres incentivava a entrada desse capital e a leviana negligência do governo em facilitá-la. Os ideais nacionalistas de Alberto Torres eram contrários à imigração estrangeira, pois esta imigração aumentaria o problema do excessivo desbravamento do solo, que segundo ele, iria fazer com que se tornasse ainda mais precária a condição de vida das populações rurais brasileiras. Ele defendia a teoria do equilíbrio entre o desenvolvimento demográfico e a ocupação do solo:

No estado de desequilíbrio entre a distribuição das populações e o aproveitamento das terras, que caracteriza uma das faces mais graves do problema mundial, o destino do Brasil não pode ser o de oferecer novas regiões a explorar e novas riquezas as ambições imediatas dos povos superpovoados ou excessivamente ricos, mas o de ir realizando, à medida que o estudo dos problemas da sua natureza o permitir, com a instalação quase patriarcal, a princípio, dos colonos, e com o estabelecimento agrícola de caráter mais industrial, depois, a solução do problema fundamental da sociedade contemporânea que consiste em fazer regressar o homem ao trabalho da produção – as indústrias da terra. (TORRES, ALBERTO, O PROBLEMA NACIONAL, op. Cit, 214 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 99)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Alberto Torres, o Brasil deveria deixar os colonos desenvolverem atividades econômicas agrícolas nas áreas ociosas brasileiras, fazendo com que aconteça uma regressão do homem ao trabalho produtivo.

Não deixando de mencionar que devido a esse equilíbrio ele repudiava a industrialização brasileira:

O desequilíbrio das sociedades modernas resulta principalmente, da deslocação constante das populações das zonas rurais para as manufaturas e para o comércio. O Brasil tem para por destino evidente ser um país agrícola: toda a ação que tenda a desviá-lo desse destino é um crime contra a sua natureza e contra os interesses humanos. (IBID., p. 39 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 100)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Alberto Torres o desequilíbrio acontecia devido ao êxodo rural e o Brasil tende a ser um país essencialmente agrícola, sendo que qualquer mecanismo que tire o país desse foco será considerado um ato criminoso contra a natureza brasileira e também contra os interesses humanos.

Alberto Torres dissertava que enquanto a zona rural fosse esquecida e que não houvesse uma estruturação adequada na produção e no trabalho da fonte das riquezas nacionais, ou seja, da terra, todo capital, e mão-de-obra que fossem incorporadas forneceria um progresso material e industrial ilusório, causando a elevação dos problemas brasileiros, na política protecionista brasileira existia a proteção aos insumos nacionais, que era semelhante a defesa da produção agrária e extrativa brasileira, e a proteção do consumidor, que era representado principalmente pelas classes agrícolas.

O ministro da Fazenda Rodrigues Alves abordava que o desenvolvimento industrial do Brasil estava prejudicando o setor agrário, pois estava fazendo com que os trabalhadores e os capitais essenciais para o campo fossem deslocados para as zonas urbanas.

Segundo Darcy Ribeiro <sup>8</sup>, com a invasão dos colonizadores europeus, o povo brasileiro passou a produzir produtos agrícolas tropicais como com a exploração da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café, da pimenta-do-reino, do tabaco e do cacau. Esses insumos eram convertidos em produtos e enviados para o mercado europeu. Este modelo de produção foi denominado agroexportador, porque foi elaborado com base nas leis capitalistas destinadas somente a produção das mercadorias agrícolas, pois no século 19, o Brasil destinava mais de 80 % da sua produção agrícola para o exterior.

O modelo utilizado para estruturar as unidades produtivas agrícolas foi o da *plantation* que significa organizar a produção agrária em grandes propriedades de terra através da monocultura, isto é, especializando-se na produção de um único produto agrícola, destinando-o a exportação e utilizando mão-de-obra escrava com o intuito de se obter grandes remessas de lucros. Por produzir somente para o mercado externo, a localização desses latifúndios teria que ser próximo aos portos brasileiros, cujo objetivo era diminuir os custos com transporte. Essas unidades produtivas adotavam técnicas modernas e também produziam bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, diminuindo assim o custo reprodutivo deles e também criaram oficinas para a fabricação e manutenção das ferramentas de trabalho.

Para instaurar o modelo agroexportador e incentivar os capitalistas a investirem seu capital na produção dos produtos essenciais para a exportação, a Coroa optou pela “concessão de uso” com direito à herança. A “concessão de uso” era hereditária, isto é, herdeiros do fazendeiro-capitalista poderiam permanecer utilizando as terras para realizar a sua exploração. Porém não poderiam vender as terras e muito menos comprar terras vizinhas, pois as terras segundo a Coroa não eram consideradas produtos, devido à abolição

<sup>8</sup> RIBEIRO, Darcy, A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL, 1930 citado por STEDILE, João Pedro, 2005, p. 20-27.

da escravidão, a Coroa foi obrigada a elaborar a lei da propriedade privada das terras que ficou conhecida como lei nº 601, de 1850. Essa lei concede argumento jurídico à transformação da terra em objeto de negócio, pois a partir desse momento ela passaria a ter preço. Outra característica de suma importância é que qualquer cidadão brasileiro poderia tornar-se proprietário privado das terras. Então pode-se informar que a lei nº 601, de 1850, ratificou o surgimento do latifúndio brasileiro, pois ela implementou o modelo da grande propriedade rural.

Com o fim do modelo agroexportador devido a eclosão da 1ª Guerra Mundial, de 1914-1918, a solução encontrada pelas elites foi de substituir a mão-de-obra escrava pelos imigrantes camponeses do continente europeu. A Coroa ofereceu para os camponeses europeus que vieram para o Brasil, terra barata e fértil, porém boa parte deles não receberam as terras prometidas pela Coroa e mesmo assim foram obrigados a trabalhar nos latifúndios de café através de um novo regime de exploração conhecido como colonato. Nesse sistema, os colonos recebiam a lavoura de café pronta, moradia e o direito de usufruir de dois hectares por família para o cultivo de subsistência, cada família cuidava de determinado número de pés de café e recebia por essa mão-de-obra, no final da colheita, o pagamento em café, que poderia ser comercializado junto ou separado com o do patrão.

No período de crise de 1914-1930, surge no campo brasileiro, o sistema de campesinato. O surgimento do campesinato deu-se devido ao elevado número de camponeses europeus que vieram trabalhar e residir nas áreas agrícolas brasileiras e também devido ao processo de miscigenação ocorrido no Brasil, pois essa população mestiça sem ter aonde trabalhar migrou para o interior do país, mais especificamente para o sertão, onde passaram a desempenhar atividades produtivas agrícolas de subsistência e com isso passaram a povoar as regiões não exploradas no Brasil. Esse tipo de camponês foi

denominado “sertanejo” e preencheu todo o interior do território nordestino brasileiro e nos Estados de Minas Gerais e de Goiás.

### **2.3) OS DEFENSORES DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL**

Os defensores da industrialização no Brasil iniciaram o processo de industrialização nacional, no começo do século XIX, através das ações do Estado durante o período monárquico português no Brasil. O governo português efetuou a abertura dos portos e a liberdade de indústria onde no ano de 1808, Dom João deu início ao período industrial com o intuito de produzir muita riqueza nacional, realizar o desenvolvimento demográfico e gerar emprego para o povo. No ano de 1877, devido ao processo inflacionário e a guerra do Paraguai, que fez com que o país expandisse economicamente, ocasionando no surgimento de uma certa proteção à indústria nacional, fez com que o setor industrial brasileiro ampliasse o seu desenvolvimento. Então o político Andrade Figueira devido a este acontecimento formula a seguinte observação:

com efeito, depois da guerra do Paraguai o espírito de associação como que se aviventou entre nós, procurou explorar diversos ramos de indústria. O espírito nacional como que superexcitado durante a guerra, procurou alimento em empresas novas e cometimentos industriais, que pareciam dever produzir melhores frutos. (ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. CÂMARA DOS SRS. DEPUTADOS. PRIMEIRO ANO DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, SESSÃO DE 1876 (Rio de Janeiro), II, p. 74 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 41)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Andrade Figueira menciona que com o fim da guerra do Paraguai ocorreu a intensificação das associações dos setores industriais devido ao nacionalismo aflorado durante a guerra.

Os industrialistas afirmavam que as taxas alfandegárias não eram agressivas, pois segundo eles as tarifas alfandegárias agressivas isolariam economicamente o país. Os industrialistas dissertavam que o desequilíbrio da balança de pagamentos e a fragilidade econômica do Brasil eram imperdoáveis:

Um país que se projeta em enorme extensão do nosso planeta, contendo os mais variados climas e solos, todas as grandezas e opulências naturais, podendo produzir tudo, assimilar todas as raças e dar empregos vantajosos a todas as aptidões, não pode continuar a ser uma feitoria colonial. (O INDUSTRIAL (Rio de Janeiro, 21 de maio de 1881), p. 1 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 69)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nesta citação, o Brasil por possuir inúmeros recursos naturais, abrigar muitas raças e gerar emprego em grande proporção, não pode manter-se ainda no sistema colonial.

O movimento a favor da industrialização brasileira inicia-se com Antônio Felício dos Santos através de um manifesto divulgado pela Associação Industrial no ano de 1882, que tinha como principal característica criticar os pensadores que eram a favor de manter o Brasil no sistema agrário. Pois segundo ele a industrialização brasileira garantiria a autonomia econômica, geraria empregos e iria atrair os investimentos estrangeiros, absorvendo a mão-de-obra ociosa das cidades, eliminaria a fragilidade econômica do Brasil que detinha a maior parte das suas atividades no setor monocultor.

Além disso, supriria o mercado consumidor interno, reduziria a importação, normalizando a balança comercial. No ano de 1883, Henrique d'Avila, ministro da Agricultura, alega ser necessário o desenvolvimento do setor industrial brasileiro para

explorar as riquezas naturais do país com o objetivo de reduzir a importação e elevar a exportação.

A solução para equilibrar as contas nacionais segundo os industrialistas seria através do fornecimento produtivo por parte da indústria:

“Adotar [...] medidas que diminuam a importação enquanto não se eleva a exportação. Isso importa a proteção à indústria nacional, que há de suprir grande parte da importação.” (IBID. citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 70)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nesta citação, o problema do desequilíbrio nas contas somente seria resolvido com a implementação de medidas que reduzam a importação enquanto a exportação não aumenta. Essa questão está ligada a proteção industrial brasileira, que sem sombra de dúvidas irá absorver boa parte da importação.

O pensador e ministro Rui Barbosa elaborou o conceito político da democracia industrial, base segura para a consolidação da República. Controlado pelo medo de que a classe “privilegiada” dos “senhores da terra”, conforme mencionava Rui Barbosa no ano de 1890, instaurasse uma contra-revolução monárquica, o governo republicano inicialmente, iria dar suporte ao setor industrial que junto com o setor comercial formariam o alicerce das novas instituições, então Rui Barbosa, ministro da fazenda, defendia esta tese afirmando que:

E releva dizê-lo: o desenvolvimento da indústria não é somente, para o Estado, questão econômica: é; ao mesmo tempo uma questão política. No regime decaído, todo de exclusivismo e privilégio, a nação, com toda a sua atividade social, pertencia a classes ou famílias dirigentes. Tal sistema não permitia a criação de uma democracia laboriosa e robusta, que pudesse inquietar a bem

aventurança dos posseiros do poder, verdadeira exploração em benefício de privilegiados. Não se pode ser assim sob o sistema republicano. A República só se consolidará, entre nós, sobre alicerces seguros, quando as suas funções se firmarem na democracia do trabalho industrial, peça necessária no mecanismo do regime, que lhe trará o equilíbrio conveniente. (BARBOSA, Rui, RELATÓRIO, op. cit., p. 194 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 173-174 )

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Rui Barbosa, o desenvolvimento industrial é uma questão econômica e política para o Estado, a República só será instaurada através de uma base segura, quando as suas funções se voltarem para a democracia do trabalho industrial, que é um elemento essencial para que este mecanismo funcione com eficiência, fazendo com que se alcance o equilíbrio correto.

Em novembro de 1891, quando a crise financeira e econômica do mercado agravaram-se, o novo Ministro da Fazenda, Barão de Lucena, ofereceu ao Senado um plano de salvação nacional onde ministro apoiou o movimento industrialista brasileiro, engrandecendo as empresas instaladas no país:

transformar as nossas riquezas naturais, e ao mesmo tempo arregimentando os braços, moralizando as classes operárias em centenas de fábricas, onde, com invejável perfeição, se produz tudo quanto a indústria estrangeira tem de mais útil e de mais afeiçoado ao consumo. (LUCENA, Barão de, “EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS”. A SITUAÇÃO FINANCEIRA. IDÉIAS DE REFORMA, DOCUMENTOS PARLAMENTARES, loc. cit., p. 636 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 176)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias do Barão de Lucena, a transformação das riquezas naturais brasileiras e a valorização das classes operárias em várias indústrias

causaria inveja as indústrias estrangeiras, pois as indústrias brasileiras produzem com a mesma qualidade que as indústrias estrangeiras.

A economia nacional exigia o desenvolvimento das fontes produtoras de riqueza, sendo que essas fontes produtoras eram as indústrias.

No governo do presidente Floriano Peixoto <sup>9</sup> a principal medida adotada para beneficiar o setor industrial foi a de dar suporte aos interesses industriais desenvolvidos durante a República com a decretação dos auxílios pecuniários à industrialização. Na sua mensagem de abertura do Congresso em 1892, mencionava o marechal ter resolvido, em vista de “instantes reclamações de importantes associações industriais”, designar uma comissão para estudar as dificuldades dessas empresas e apresentar soluções de imediato.

O presidente Floriano Peixoto através de documentos apresentava como solução para os problemas enfrentados pelas indústrias conceder empréstimos com emissão de apólices, a taxa de 5% ao ano. Além do benefício com o auxílio pecuniário, o setor industrial recebeu outras vantagens como isenções de direito sobre maquinários e insumos.

O desenvolvimento industrial brasileiro era de suma importância para o progresso do país. Sendo assim, o pensador e ministro Amaro Cavalcanti menciona as seguintes considerações a favor do protecionismo:

- 1) dotar o país de indústrias necessárias ou lucrativas, que de outra sorte seriam sufocadas logo ao nascer;
- 2) assegurar, por esse modo, trabalho e bem-estar à população operária do país;
- 3) torna-se independente do estrangeiro, dispensando-se de comprar-lhe produtos, a respeito dos quais, é de supor, aquele acabaria por adquirir o monopólio, depois de haver arruinado a indústria

---

<sup>9</sup> Floriano Vieira Peixoto foi o segundo presidente da República do Brasil com mandato de 23 de novembro de 1891 até 15 de novembro de 1894.

nacional. (CAVALCANTI, Amaro, ELEMENTOS DE FINANÇAS ( Rio de Janeiro, 1896 ), p. 220 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 73-74)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias formuladas por Amaro Cavalcanti no ano de 1896, instalar indústrias necessárias ou lucrativas no Brasil poderiam falir no início das suas atividades, era necessário conceder trabalho e qualidade de vida a classe operária brasileira e conseguir autonomia total dos produtores estrangeiros com o intuito de evitar que eles possam falir as indústrias nacionais. Nas reivindicações protecionistas nacionais segundo Amaro Cavalcanti, a proteção não devia limitar-se as tarifas alfandegárias, porém aderir aos empréstimos concedidos pelo Estado mesmo com emissões fiduciárias.

Nas suas argumentações ele reforçava a importância do capital, principalmente no período da industrialização:

Ninguém ignora que o capital é a alma máter da indústria, e em uma de suas fases sobretudo ele precisa ser seu motor ordinário e constantemente progressivo; é no período inicial ou educativo (se assim posso dizer), até que a indústria chegue a robustez completa de sua organização. Como todo menor, ela precisa de proteção e amparo; isto é: enquanto a indústria não houver atingido ao seu inteiro desenvolvimento, de modo a conseguir, pelo emprego das próprias forças, os elementos progressivos da sua existência, - ela não pode dispensar-se do capital estrangeiro o qual, será depois, pago e bem remunerado. (ANNAES DO SENADO FEDERAL, op. cit., p. 35 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 74 )

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Amaro Cavalcanti o capital é a base do setor industrial que faz com que a indústria consiga estruturar-se e com isso atingir um elevado nível de desenvolvimento econômico.

Amaro Cavalcanti lutou pela proteção da indústria brasileira através do crédito público e dissertava a tradição nacional:

“Em uma palavra, bastaria que cada um de nós verificasse nas leis orçamentárias de cada ano, as somas aí consignadas, como auxílios à ordem industrial do país para convencer-se que não se trata de criar um direito novo, convertendo, porventura, em lei, a legítima pretensão de proteger, por meio do crédito público, a indústria nacional nas atuais emergências em que a mesma se acha. Não afirmo que a intervenção de nossos governos tenha sido sempre a melhor ou a mais acertada, mas é certo, que sem ela não teríamos tido nem estradas de ferro, nem a navegação a vapor costeira de nossos mares e a interior dos nossos rios, nem muitos outros melhoramentos materiais, cuja realização era superior as forças do capital e do crédito particular, somente”. (CAVALCANTI, Amaro, 1896, p. 38 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 74-75)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Amaro Cavalcanti, as leis orçamentárias dariam suporte ao setor industrial brasileiro cujo objetivo era proteger a indústria nacional através do crédito público. Pois segundo ele o setor industrial foi o responsável por desenvolver estradas de ferro, navegação a vapor e demais aperfeiçoamentos materiais. No governo do presidente Campo Sales <sup>10</sup> que ocorreu durante a primeira década do século XX, da política fiscal do governo, com relação à taxa aduaneira através de concessões ao setor industrial como a cobrança em ouro dos direitos de importação e a manutenção do câmbio em taxas relativamente baixas.

O presidente Afonso Pena <sup>11</sup> apresentava um espírito de conciliação com relação à questão do protecionismo alfandegário, onde dizia para os industriais que lhes concederia

---

<sup>10</sup> Campos Sales foi presidente da República do Brasil com mandato de 15 de novembro de 1898 até 15 de novembro de 1902.

<sup>11</sup> Afonso Pena foi presidente da República do Brasil com mandato de 15 de novembro de 1906 até 14 de junho de 1909.

uma taxa “defensiva” e prometia também aos consumidores um sistema aduaneiro moderado:

Se queremos ter indústria, como se faz mister para o nosso progresso e riqueza, é preciso proporcionar-lhes o apoio moderado, mas seguro e constante, que precisam para que se mantenham e desenvolvam. Digo moderado porque não se deve procurar criar indústrias artificiais nem tampouco perder de vista os interesses legítimos dos consumidores e os reclamos do Tesouro, que tira das Alfândegas a melhor parte das suas rendas. (IBID. citado por LUZ Nícia Vilela, 1975, p. 191)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias do presidente Afonso Pena para manter o desenvolvimento do setor industrial e garantir o progresso e a riqueza da nação se faz necessário dar suporte ao ramo de empresas para que consigam se desenvolverem, entretanto tal auxílio deve ser moderado para não prejudicar os interesses dos consumidores. No início do ano de 1909, surge uma fase marcada pelas tentativas de criação de um novo industrialismo com foco nas indústrias básicas, mais especificamente a siderurgia, o presidente Nilo Peçanha <sup>12</sup> enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, reconhecendo os benefícios do setor industrial para a elaboração do nível de riqueza do Brasil, mais especificamente da indústria têxtil do algodão que:

cujas fábricas de fiação e tecelagem têm prestado à riqueza nacional um contingente considerável, aumentando enormemente o valor de uma mercadoria que, exportada como matéria-prima, representaria apenas cerca de duas vezes e meia menos o valor que lhe é dado pela transformação industrial. (PEÇANHA, Nilo, “MENSAGEM DE 3 DE MAIO DE 1910”, loc. cit., p. 736 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 192)

---

<sup>12</sup> Nilo Peçanha foi presidente da República do Brasil com mandato de 14 de junho de 1909 até 15 de novembro de 1910.

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Nilo Peçanha dissertava que as indústrias do setor de tecidos trouxeram vantagens lucrativas para o Brasil, supervalorizando o valor dos produtos exportados por estas empresas. Na questão sobre o protecionismo alfandegário, Nilo Peçanha, argumentava que após à emissão de papel-moeda o impulso dado ao desenvolvimento industrial brasileiro e a sua consolidação à baixa cambial e o aumento dos tributos de importação, sendo estes dois últimos fatores os verdadeiros responsáveis pela criação da indústria brasileira, adicionava:

A sombra dessas circunstâncias mais ou menos reproduzidas até hoje, vingaram e cresceram indústrias nascidas talvez precocemente, mas que em vários casos chegaram a um grande aperfeiçoamento, que se poderia dizer o estado adulto da sua evolução econômica, diante do qual ninguém deveria tentar uma operação destruidora e mortal, mas apenas aconselhar medidas de ordem conciliadora, que dirijam a marcha ascensional desse organismo, sem sacrificio de outros interesses que porventura cresçam ao seu lado. (IBID., p. 734 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 193)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Nilo Peçanha, as novas empresas brasileiras atingiram um elevado nível de desenvolvimento econômico que se tornou necessário orientá-las para que mantenham o seu grau de desenvolvimento sem causar prejuízos aos interesses de terceiros. O pensador e ministro Serzedello Correa era a favor de um protecionismo baseado nas características das indústrias existentes, buscando trazer benefícios para as indústrias que realizaram o progresso do Brasil.

O pensamento nacionalista de Serzedello Correa insere-se no conjunto de medidas designadas para alcançar a autonomia econômica do país, ele possuía uma tese a favor da

industrialização brasileira. Serzedello Correa recomendava ao governo o protecionismo aduaneiro e dar preferência para adquirir produtos nacionais.

Ao fazer parte das reformas tarifárias ele era a favor das indústrias que processavam a matéria-prima como a indústria de fiação.

O presidente Artur Bernardes <sup>13</sup> no ano de 1926 apoiou o setor industrial, dando satisfação à corrente forte que incentivava as indústrias artificiais, afirmava que defendê-las seria criar mais um tributo para o consumidor em benefício da indústria; alegando, contudo em face da realidade:

Esta orientação doutrinária, porém, na prática, tem de se acomodar as condições existentes. Desde que o Estado patrocinou e estimulou o estabelecimento de certas indústrias, embora não representem estas e o emprego mais conveniente da atividade nacional, é seu dever defender-lhe à existência, pois o contrário seria a ruína de capitais que se imobilizaram de boa fé, sob a garantia das leis. O prejuízo que traria ao país o desaparecimento de tais indústrias, só muito lentamente viria a ser compensado no balanço da economia nacional. (BERNARDES, Artur da Silva, MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO NACIONAL NA ABERTURA DA TERCEIRA SESSÃO DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA ( Rio de Janeiro, 1926 ), p. 32-33 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 200-201)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Artur Bernardes é dever do Estado defender com patrocínio e estímulo o setor industrial, pois a falência das indústrias traria

inúmeros prejuízos para o Brasil. O presidente Washington Luís <sup>14</sup> na sua mensagem ao Congresso no ano de 1928, argumentava:

---

<sup>13</sup> Artur da Silva Bernardes foi presidente da República do Brasil com mandato de 15 de novembro de 1922 até 15 de novembro de 1926.

<sup>14</sup> Washington Luís foi presidente da República do Brasil com mandato de 15 de novembro de 1926 até 24 de outubro de 1930.

As indústrias já ocupam, hoje considerável espaço na vida econômica do país. Durante e após a grande guerra, entre nós se implantaram indústrias que, estimulando a produção da matéria-prima nacional, acumularam forte capital e especializaram numeroso corpo de operários. Estão elas em condições de irmanar com as melhores estrangeiras. Têm direito à solícita atenção dos governos, que delas não se têm descuidado, o que é provado com a proteção dispensada nas tarifas alfandegárias de que algumas viveram e muitas precisam ainda. (SOUSA, Washington Luís Pereira de, MENSAGEM APRESENTADA AO CONGRESSO NACIONAL NA ABERTURA DA SEGUNDA SESSÃO DA DÉCIMA TERCEIRA LEGISLATURA ( Rio de Janeiro, 1928 ), p. 35-36 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 201)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Washington Luís, as indústrias contribuem enormemente para a atividade econômica do Brasil, fazendo com que aumentasse a produção de insumos nacionais, gerando elevado acúmulo de capital e contribuindo para a especialização da classe operária.

Os industrialistas diziam que os problemas financeiros e econômicos do Brasil seriam resolvidos através da industrialização, pois sem o setor industrial o desenvolvimento das demais atividades econômicas seria menor. Na cidade de São Paulo, a Associação Comercial dava suporte ao setor industrial, atendendo aos interesses dos industriais, porém com o decorrer do tempo esse apoio não era mais eficiente, então foi criado independentemente em 1928, o Centro das Indústrias de São Paulo, justamente na época em que a indústria têxtil de lã e algodão reivindicavam um aumento das taxas alfandegárias. A fundação do Centro das Indústrias de São Paulo revelou um novo líder da classe e do pensamento industrial brasileiro, Roberto Simonsen. Ele mencionava na sua teoria os princípios da ciência econômica, confirmava as idéias nacionalistas da política industrial nacional:

“...possuindo este país um Parque Industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola, pois a grande indústria por toda a parte do mundo em que se instala traz como corolários, o aumento dos salários, o barateamento relativo dos produtos, o enriquecimento social e o aumento da capacidade de consumo”. (SIMONSEN, Roberto, 1928, p. 9-13 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 162)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Roberto Simonsen o Brasil possuía um parque industrial de ponta, pois onde o setor industrial é implantado ocorre a elevação das remunerações salariais, a redução dos preços dos produtos, o aumento da riqueza social e a elevação do nível de consumo. O que era evidenciado de novo na idéia de Roberto Simonsen era o conceito da função social da indústria, conceito que ele procurava associar a indústria com os interesses nacionais e inseri-la novamente na nacionalidade brasileira, mantendo em sintonia o capital e o trabalho:

Segundo a moderna orientação, as indústrias vão sendo exercidas nos meios adiantados com a preocupação máxima de “servir”, de serem úteis aos meios em que se acham estabelecidas, sendo o ganho, antes que um fim, uma função decorrente. (IBID., p. 19 citado por LUZ, Nícia Vilela, 1975, p. 163)

Segundo Nícia Vilela Luz baseada nas idéias de Roberto Simonsen, os ramos industriais estão sendo utilizados para atenderem as expectativas dos meios nos quais eles são implementados.

Então baseado nas evidências históricas proposta por Nícia Vilela Luz, chega-se a conclusão de que o movimento em prol da defesa da industrialização no Brasil surge inicialmente no período imperial, que apresentava como principal característica o rigoroso nacionalismo econômico para garantir a proteção à indústria brasileira. O objetivo

defendido pelos nacionalistas era a necessidade da industrialização do país para restabelecer o balanço de pagamentos do Brasil. Tal idéia continuou perdurando pelas décadas de oitenta e noventa, porém surge o conceito de indústria natural contra o da indústria artificial, os industrialistas visualizavam como solução de garantir o auxílio a produção brasileira a exploração dos recursos naturais brasileiros e também das indústrias baseadas em insumos nacionais. A consequência através dessa estratégia adotada foi a utilização de insumo do país de indústrias consideradas artificiais que garantiram o progresso do ramo industrial brasileiro.

Não deixando de mencionar também que nos primeiros anos do regime republicano surge o conceito da necessidade de auxiliar e desenvolver uma classe industrial que seria a base estrutural do novo regime implantado, conseguindo assim através dessas inúmeras características citadas promover definitivamente a industrialização brasileira.

### **CAPÍTULO 3**

#### **UM BREVE HISTÓRICO DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PRÓ INDÚSTRIA NO INÍCIO DO PERÍODO REPUBLICANO**

A implementação de políticas pró indústria no início do período republicano foram marcadas por vários acontecimentos históricos na economia brasileira. Como a acelerada elevação do estoque de moeda que gerou inflação e a desvalorização cambial,

principalmente durante o período do Encilhamento que foi marcado por pequenos aumentos dos preços durante o terceiro ciclo dos preços do café de 1886 até 1906. Segundo o professor Fishlow<sup>15</sup>, a indústria nacional iniciou o seu desenvolvimento através do método de substituição de importações, evidenciando que o setor industrial foi definitivamente implantado no Brasil através das Reformas Liberais de Rui Barbosa em 1889 e 1890.

A modernização do setor industrial ocorreu durante os anos de 1870 até 1913, sendo marcado por uma divisão internacional do trabalho, crescimento através das exportações, expansão eficiente de tecnologia e migração mundial dos fatores de produção.

Durante os anos de 1880 até 1930 a tarifa de elevação dos preços internacionais do café mostra o melhoramento do desempenho econômico do país. O surto cafeeiro teve impacto mais abrangente do que as outras atividades econômicas e devido a isto ocorre a imigração europeia para o Brasil, que foi atraída pelo bom desempenho econômico e o futuro promissor do país. O processo de imigração foi responsável pela continuação do avanço da industrialização nacional nos períodos históricos seguintes. A rotatividade da demanda, no século XIX, na economia internacional, marcado pela divisão de trabalho eficiente, compensava a redução dos preços com aumentos das exportações.

Ocorreu um tipo de compensação interna através do aumento do volume das exportações, porque enquanto os preços reduziam à taxa de 5,8 % ao ano, as exportações elevaram à taxa de 5,9 %.

Já no fim do período imperial até o ano de 1888, o capital total das empresas concentradas no Brasil na forma de sociedade anônima alcançou o patamar de 410 milhões de contos.

---

<sup>15</sup> FISHLOW, ALBERT, 1972 citado por PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. HISTÓRIA MONETÁRIA DO BRASIL, 1976, p. 140-141.

Em 15 de novembro de 1889, com a proclamação da República, Rui Barbosa foi designado para o cargo de ministro da Fazenda, que priorizou o crescimento econômico acelerado do Brasil através das políticas do Governo. Durante este período são fundados os bancos de emissão, que forneceram os capitais essenciais para à transferência das poupanças do setor cafeeiro para a atividade urbano-industrial e demais empreendimentos econômicos destinados ao mercado interno. Os bancos poderiam trabalhar em todo tipo de transações financeiras como empréstimos e depósitos, operações cambiais, principalmente ao setor industrial.

Entre os anos de 1888 e 1890, o capital das sociedades anônimas implantadas no país elevou 377 %. No ano de 1889 até 1890, o capital total das sociedades anônimas brasileiras alcançou a marca de 1,1 milhões de contos, portanto chega-se a conclusão de que ocorreu uma atividade econômica intensa durante este curto espaço de tempo. Segundo o professor Fishlow<sup>16</sup>, o processo do Encilhamento foi responsável por um avanço significativo da sociedade brasileira, principalmente das sociedades anônimas.

Não deixando de mencionar que a reformulação das leis de criação das sociedades anônimas e a reforma monetária contribuíram enormemente para o desenvolvimento econômico do país. Segundo o Ministro Murtinho<sup>17</sup>, as medidas econômicas baseavam-se em deflação a contratação econômica, pois ele tinha como objetivo consertar os erros no setor cafeeiro, normalizar o câmbio e conter a inflação interna.

No ano de 1846, Murtinho tomou sérias medidas como uma maneira de controlar o câmbio, e o financiamento da dívida externa, com o intuito de controlar economicamente os setores econômicos do Brasil, principalmente o setor industrial. A oligarquia cafeeira

---

<sup>16</sup> FISHLOW, Albert, 1972 citado por PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson, 1976, p. 144.

<sup>17</sup> MURTINHO, RELATÓRIO APRESENTADO..., pp. iii-iv citado por PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson, 1976, p. 146.

reuniu-se em uma sociedade de pressão política superpoderosa com o objetivo de garantir a manutenção da riqueza, a preservação da sociedade oligárquica e das instituições econômicas destinadas as exportações.

O crescimento econômico verdadeiro e acelerado ocorreu devido ao sucesso do programa de valorização em elevar os preços internacionais do café, conseqüentemente melhorando as relações de troca e evidenciando o avanço significativo do setor industrial, muitos pensadores comentavam que o Brasil possuía uma produção cafeeira semelhante a monopolista, pois sua produção correspondia a 75 % da produção mundial e que por causa disso o país poderia adquirir grandes remessas de lucros através da retirada monopolista de café do mercado internacional.

Entre os anos de 1901 e 1904 surgiu um movimento de intervenção no mercado cafeeiro através das políticas monetárias de Murinho, que foi responsável pela organização dos cafeicultores em uma classe superpoderosa de influência política. Devido ao surto cafeeiro, a produção anual gerou superávit acima do consumo interno do setor e com isso era essencial ter instituições financeiras para canalizar as poupanças geradas através do superávit de exportação. Os empresários com foco na produção de manufaturas, operando no ramo da importação eram a favor de uma política econômica mais liberal com autonomia de organização para as sociedades anônimas, sendo por essas características pertencentes a classe papelista.

A classe papelista tinha o suporte das classes associadas aos interesses urbanos, especificamente daqueles ligados com o setor bancário e manufatureiro, onde os papelistas eram a favor do direito de criação de bancos privados e afirmavam que os estoques dos meios de pagamentos deveriam ser determinados pela demanda doméstica por transações e não pelo estoque de metais preciosos no sistema bancário. Já a classe metalista era apoiada

pelos intelectuais com formação liberal e idéias conservadoras e por bacharéis associados aos interesses agrícolas.

Os metalistas defendiam um controle monetário rigoroso e afirmavam que, quando existisse condições materiais para o desenvolvimento econômico, os metais preciosos iriam naturalmente fluir para a economia, dando apoio ao progresso do país, sem que esse desenvolvimento gerasse inflação ou crise econômica. No ano de 1905, o Ministro Leopoldo Bulhões propôs a reorganização do Banco do Brasil devido a crise apresentada pelo setor econômico brasileiro.

Uma das mudanças de suma importância realizada no Banco do Brasil foi o fornecimento de recursos líquidos para o suporte financeiro à produção brasileira, principalmente do ramo industrial, que estava em crise. As elevações das exportações resolveram o problema da superprodução cafeeira nos anos de 1906 e 1907 e a supervalorização cambial incentivou a indústria brasileira. Ocorreu um elevado desenvolvimento econômico do setor industrial durante a grande depressão e durante as duas grandes guerras mundiais. Os preços dos produtos manufaturados brasileiros aumentaram com relação aos preços dos produtos primários, que trouxe como consequência grandes lucros para o ramo industrial e para a economia brasileira.

Pois o capital e a mão-de-obra migraram do setor agrário para o setor industrial devido as melhores ofertas, ocasionando em, uma veloz substituição de importações.

No ano de 1911, o Banco do Brasil concedeu crédito aos produtores de tecido e algodão por seis meses com taxa de juros de 6 %. Com isso os empresários têxteis garantiram os empréstimos com seus produtos e desde que as empresas adquiriram uma elevação no seu capital de giro, recursos internos foram assim liberados para investimentos, o setor cafeeiro foi de grande valor para a economia brasileira, que após o ano de 1917,

teve aumento dos seus preços internacionais como nos preços em moeda brasileira durante o período bélico que fechou os mercados europeus.

O estado de São Paulo eliminou o tributo de exportação do café, que também foi um tipo de programa de defesa a favor do setor cafeeiro.

Através do índice de produção industrial entre os anos de 1914 e 1919, observou-se que o setor industrial cresceu com taxa de 13,6 % ao ano e que as grandes indústrias foram implantadas durante este período. Segundo Fishlow<sup>18</sup>, a 1ª Guerra Mundial gerou um impacto benéfico sobre a produção de tecidos com um aumento de 57 % de 1914 até 1918 e que a expansão econômica durante a guerra ocorreu devido à substituição de importações, porque antes da guerra menos de dois terços do consumo eram absorvidas pela produção brasileira, enquanto a parcela elevou para 85 % durante a guerra.

Então Fishlow através dessas amostras concluiu que a taxa de crescimento da produção industrial de 1914 até 1918 foi de 8,5 % ao ano. Fishlow argumentava também que os lucros durante o período da guerra incentivou a implantação permanente da indústria de aço e de cimento na década de 20, ou seja, a guerra permitiu a utilização da capacidade ociosa, produziu grandes lucros que foram investidos novamente no setor industrial nos anos 20 e deu fim a resistência à oferta interna de ferro, aço e cimento. O financiamento do déficit orçamentário, o superávit do balanço de pagamentos e a emissão de moeda para o financiamento do programa que defendia o setor cafeeiro fizeram parte dos inúmeros fatores importantes de aumento da base monetária.

Não deixando de mencionar que os elevados lucros contábeis com a elevação dos preços do café no ano de 1918 devido as intensas geadas e a abertura dos mercados fechados durante a guerra fez parte também do programa de proteção do setor cafeeiro.

<sup>18</sup> FISHLOW, op. cit., pp. 319-322 citado por PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson, 1976, p. 156-157.

A produção industrial dependia praticamente das demandas nas fazendas cafeeiras, os tecidos de algodão chita e os produtos dos ramos alimentícios baratos compreendiam boa parte da produção industrial brasileira e sendo consumidos pelos trabalhadores das fazendas de café.

Nos anos de 1914 até 1918, a economia brasileira levou vantagem com a substituição de importações e o estoque de moeda real per capita reduziu a taxas bem elevadas, ocorrendo aumento da velocidade monetária.

O professor Fishlow dissertou que a presença de um setor produtivo interno fez com que o setor industrial se desenvolvesse economicamente e as políticas monetárias liberais e as condições favoráveis ao setor cafeeiro também beneficiaram o progresso econômico do ramo industrial. A guerra gerou lucros maiores à indústria brasileira, mais especificamente aos setores de manufaturas de tecidos e metalurgia, fazendo com que a distribuição setorial da renda e da disponibilidade dos recursos produtivos mudassem em benefício da indústria.

Os grandes lucros do ramo industrial atraíram muitos empresários que contribuíram para a significativa expansão da capacidade industrial. A capacidade de exportar mercadorias manufaturadas a demais países constituiu uma vantagem para os industrialistas nacionais.

Mesmo que a produção de ferro-gusa fosse pouco significativa com relação ao total das importações, uma das fundições implantadas durante a guerra converteu-se na primeira usina de aço brasileira, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, a 1ª Guerra Mundial acabou com os obstáculos internos à produção brasileira de aço, ferro e cimento, não deixando de mencionar que este período também incentivou o plantio de algodão em São Paulo, que teve apoio governamental na linha de pesquisa de novas sementes estrangeiras, a

consolidação de contatos com o mercado consumidor europeu e para a capacitação de técnicos na Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Então baseado nas evidências históricas propostas por Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan, chega-se a conclusão de que o método de substituição de importações, a imigração européia para o Brasil, as políticas monetárias elaboradas por inúmeros pensadores industrialistas, as políticas financeiras implantadas pelo Banco do Brasil, a divisão internacional do trabalho e o período bélico foram os fatores históricos que instauraram a política pró indústria brasileira no começo do período republicano, sendo responsáveis pela estruturação econômica eficiente da classe industrial no Brasil.

## CONCLUSÃO

Observamos no primeiro capítulo as idéias do Liberalismo defendidas por Adam Smith e David Ricardo, e as idéias do Protecionismo, que eram defendidas por Hamilton e List. As idéias liberais estão relacionadas aos defensores do modelo agrário brasileiro, enquanto as idéias protecionistas estão relacionadas aos defensores do modelo industrial brasileiro.

Para Smith, o mercado seria guiado por uma “mão invisível”, com o objetivo de se atingir o bem-estar econômico destinados somente para o ganho do “sistema de liberdade natural”, que possui como principal característica ser socialmente benéfico e harmonioso, a idéia de vantagem absoluta era de que o país deveria especializar a sua produção naquilo em que ele produz melhor.

Já David Ricardo acreditava que um país possui vantagem comparativa na produção de um determinado bem se o custo de oportunidade de produzir este bem em comparação com a produção de outros bens é menor neste país do que nos demais países.

O conceito das vantagens comparativas seria benéfico para ambos os países envolvidos na troca do livre comércio, porque esse tipo de comércio aumentaria o “total de benefícios” de cada país.

Com relação ao protecionismo de Hamilton podemos mencionar que ele foi formulador de um sistema de proteção e incentivo para a indústria nascente, pois para ele tal indústria seria responsável por elevar o nível de riqueza do país.

Ele afirmava que o protecionismo possuía como característica a igualdade de condições entre os produtores nacionais e estrangeiros.

Já o protecionismo de List está associado a idéia de que tanto o setor agrário e o industrial são de suma importância para a economia do país, pois para ele a produtividade é a união do trabalho e que o fato mais importante para um país não é possuir riqueza, mas sim saber produzi-la.

Então evidenciamos que as idéias liberais estão relacionadas aos pensadores agrários e as idéias protecionistas aos pensadores industrialistas e que tais conceitos foram responsáveis por desencadear o debate abordado no segundo capítulo.

Os fatos históricos durante este período foram responsáveis por incentivarem o debate entre os agrários e industrialistas, surgindo pensadores marcantes como o Visconde de Cairú, que foi um pioneiro nacionalista do ramo industrial brasileiro.

Observamos que os defensores do modelo agrário brasileiro acreditavam que as classes agrárias seriam as responsáveis pelo desenvolvimento econômico do país e também que o início da implantação da indústria no Brasil dependia diretamente do setor agrário

para atingir um elevado nível de desenvolvimento. Ademais, ocorreria a planificação da agricultura moderna de alimentação com o objetivo de obter o aumento da produção agrícola brasileira.

Portanto, a presença das atividades agrárias no Brasil foi responsável pelo surgimento de uma linha de pensamento antiindustrialista e antiurbana baseada nas idéias fisiocratas, evidenciando as vantagens da vida na zona rural.

Já os defensores do modelo industrial brasileiro acreditavam que o setor industrial seria responsável por garantir o desenvolvimento econômico brasileiro e não o setor agrário, tais idéias de incentivo ao desenvolvimento do setor industrial começa a ter indícios no período imperial, buscando produzir riqueza nacional, gerar vários empregos e promover o crescimento demográfico do país.

Segundo a argumentação dos industrialistas, a indústria nacional desencadeava a liberdade econômica, geraria trabalhos, atrairia capitais estrangeiros, fazendo com que o nível de desemprego reduzisse e conseqüentemente acabaria com a fragilidade econômica brasileira.

Então observamos no terceiro capítulo que no começo do regime republicano os metalistas que tinham idéias conservadoras recebiam o apoio dos agrários e os papelistas que tinham idéias liberais eram apoiados pelos industrialistas.

Os metalistas eram a favor da implementação de políticas que favorecessem de imediato o setor agrícola como o forte controle monetário para promover o desenvolvimento econômico do país sem gerar inflação ou crise econômica. Já os papelistas eram a favor da implementação de políticas que beneficiassem o setor industrial como a criação de bancos privados para dar suporte as indústrias e a concessão de autonomia organizacional para as sociedades anônimas.

Com relação as políticas pro indústria implementadas durante o período republicano, a indústria nacional iniciou o seu desenvolvimento através do método de substituição de importações e que a modificação das leis de criação das sociedades anônimas e a reforma monetária contribuíram demais para o desenvolvimento econômico do país.

Portanto, durante o período monárquico e republicano existiram inúmeros pensadores agrários e industrialistas que foram influenciados pelas idéias liberais e protecionistas que defenderam interesses políticos e econômicos divergentes em prol da respectiva classe social a qual pertenciam no Brasil, promovendo dessa forma o progresso e o desenvolvimento econômico do país.

Ademais, quando o início da implantação da indústria no Brasil tem início, ele se dá ancorado em argumentos e idéias que vinham sendo debatidas desde o período imperial.

Certamente a mudança de políticas no sentido de incentivar a indústria foram fruto de mudanças na estrutura econômica nacional e mundial e nos arranjos políticos internos.

Não obstante, os argumentos e idéias em prol da industrialização são elementos relevantes para a fundamentação e aprofundamento do poder político da nova classe dos industrialistas.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a Escada – A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica** – tradução: Luiz Antônio Oliveira de Araújo – São Paulo: Editora UNESP, 2004.

GIMENE, Márcio. **O Movimento Industrialista Brasileiro como Projeto de Nação** – Rio de Janeiro: Revista Oikos, Julho de 2003.

HUNT, E. K.. **História do Pensamento Econômico – Uma Perspectiva Crítica** – tradução: José Ricardo Brandão Azevedo. – 7ª Ed. – Rio de Janeiro: Campus, 1981.

KRUGMAN, Paul. R. e OBSTFELDF, Maurice. **Economia Internacional – Teoria e Política** – tradução: Celina Martins Ramalho Laranjeira - 5ª Edição – São Paulo: Makron Books, 2001.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930; prefácio do Professor João Cruz Costa** - 2ª edição - São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1975.

PELÁEZ, Carlos Manuel & SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil** – Brasília: Editora, Universidade de Brasília, 1976.

SIMONSEN, Roberto Cochrane, 1889-1948. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen x Gudín – Introdução de Carlos von Doelinger** – 2ª Edição - Rio de Janeiro: Editora IPEA/INPES, 1978.

STEDILE, João Pedro; Douglas Estevam (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960** – 1ª Edição- São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.